

O PROFESSOR CONTRATO TEMPORÁRIO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS

Luciana Nogueira da Silva¹
luciana.professora.educ@gmail.com (Docente - Pesquisadora)*
Géssica Gomes Batista² (Estudante da Graduação)

Universidade Estadual de Goiás, Campus Campos Belos

Resumo: O referido trabalho é resultado de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Projeto intitulado “Formação e trabalho docente: Aspectos fundantes da formação e atuação do professor da Educação Básica em Campos Belos. O objetivo do presente trabalho é discutir as condições que levam a precarização do trabalho docente do Professor Contrato da rede estadual que atuam em Campos Belos, Goiás. A precarização do trabalho docente é evidenciada por condições ruins de trabalho tais como intensificação, jornada excessiva, baixos salários, entre outros elementos que tornam a profissão docente um labor desconfortante. Por meio de entrevistas e aplicação de questionários com cinco professores, pesquisamos os fatores que contribuem para a precarização do trabalho docente do professor contrato temporário na referida rede. Como embasamento teórico utilizamos Enguita (1991), Hypolito (1991), Marin (2010), Oliveira (2004), Rodriguez (2008), entre outros. Os resultados indicam que trata-se de um profissional que ganha pouco e trabalha muito, sem instabilidade profissional e financeira. Diante de tal situação, a escola perde na qualidade de ensino com a grande rotatividade de professores e a falta de formação na área.

Palavras-chave: Trabalho docente; Professor Contrato; Escola, e Profissionalização docente.

Introdução

A precarização do trabalho docente não é um elemento isolado que prejudica apenas o indivíduo trabalhador da educação. A escola sofre as consequências de uma lógica de trabalho docente que não valoriza o profissional, atribui-lhe muitas tarefas em um contexto de trabalho desfavorável. Diante da situação faz-se necessário questionar: Quais são as condições de trabalho dos professores contratos temporários e como tais condições incidem no desenvolvimento educacional dos alunos?

Quem tem filhos matriculados em escolas estaduais vinculadas à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte do Estado de Goiás, na cidade de Campos Belos, percebe uma incomum rotatividade de professor. Tal situação também é evidenciada em conversa com os alunos e com estagiários que realizam suas atividades em escolas estaduais. Um semestre tem um professor, no outro aquele professor vence o contrato e é substituído. Um bimestre tem um professor

com determinada disciplina, no próximo este professor já está com outras. Há caso de professores sem graduação completa, apenas com o Ensino Médio e diversos professores fora da área de formação. É a situação das escolas estaduais com grande número de professores contratos.

O Professor Contrato Temporário que atua em Campos Belos, Goiás, possui uma situação de trabalho muito diferente dos professores efetivos. Com salários bem inferiores, instabilidade profissional e financeira, ele tem que cumprir as mesmas obrigações dos efetivos em condições de trabalho bem mais desfavoráveis. A alta rotatividade compromete a relação entre professor e aluno, prejudica o desenvolvimento profissional docente com a turma. Com o objetivo de discutir tais questões no âmbito da formação de professores, realizamos uma pesquisa que contou com a participação de cinco professores que trabalham em regime de contrato temporário na rede pesquisada.

Resultados e Discussão

TRABALHO DOCENTE: ANTES DE TUDO, UM TRABALHO

A profissão professor é comumente associada a uma atividade vocativa, que exige dedicação, amor e desapego financeiro. Um romantismo que não considera as especificidades de um trabalho que carrega consigo todas as exigências que uma ocupação remunerada exige. “O trabalho transforma os bens da natureza ou os produz para responder, antes de tudo, às suas múltiplas necessidades. Por isso o trabalho é imprescindível ao homem desde sempre.” (FRIGOTTO, 2002, p. 12). Ensinar é uma atividade laboral e como tal deve ser fruto de pesquisas dentro dos cursos de formação de professores.

O trabalho é uma atividade estreitamente ligada às necessidades humanas. O homem se realiza no desenvolvimento de sua profissão, se envolve, planeja. De acordo com Silva e Limonta (2014, p. 13)

O trabalho realizado pelo ser humano tem como característica a antecipação mental do homem em relação aos seus resultados, ou seja, a satisfação de suas necessidades, que se modificam historicamente na mesma medida em que o trabalho é modificado.

O professor não é um bem feitor, um segundo pai, um aconselhador. Apesar de a profissão docente ter características comum a outras funções

desenvolvida na sociedade, educar é antes de tudo, um trabalho remunerado desenvolvido por um profissional com formação específica, e precisa ser considerado como tal pelos professores atuais e em formação, como meio de se desenvolver uma postura problematizadora e investigativa em relação ao trabalho docente.

Abordando sobre as especificidades do trabalho escolar Hypolito (1991, p.

5) enfatiza que:

As argumentações sobre essa especificidade rumam em duas direções: uma, que considera que a escola é um local de trabalho diferente, com características muito próprias, no qual as relações capitalistas não conseguem penetrar plenamente, outra que, apesar de identificar diferenças, considera que a lógica capitalista presente na fábrica e na escola é, essencialmente, a mesma. (HYPOLITO, 1991, p. 5)

Sem ser considerado como um trabalho com suas especificidades, o trabalho docente perde qualidade à medida que não é visto pelos próprios professores com um olhar crítico investigativo. Hypolito (1991) nos convida a pensar sobre a especificidades do trabalho que o professor desenvolve tendo a escola como local onde desenvolve suas atividades laborais.

[...] a categoria dos docentes move-se mais ou menos em um lugar intermediário e contraditório entre os dois polos da organização do trabalho e da posição do trabalhador, isto é, no lugar das semiprofissões. Os docentes estão submetidos à autoridade de organizações burocráticas, sejam públicas ou privadas, recebe salários que podem caracterizar-se como baixos e perderam praticamente toda capacidade de determinar os fins de seu trabalho. (ENGUITA, 1991, p. 50)

Discutindo sobre o docente como trabalhador proletariado, Enguita (1991, p. 46) caracteriza o proletário;

Um proletário é uma pessoa que se vê obrigada a vender sua forma de trabalho – não o resultado de seu trabalho, mas sua capacidade de trabalho. [...] é uma trabalhador que perdeu o controle sobre os meios, o objetivo e o processo de seu trabalho.

Diante da caracterização do autor, é importante refletir sobre o docente. Ele perdeu o controle sobre os meios e resultados do seu trabalho? Ele desenvolve um trabalho profissional que se aproxima ou se distancia do proletariado?

O PROFESSOR CONTRATO TEMPORÁRIO

Inicialmente foram aplicados questionários a cinco professores que atuam em três escolas de Campos Belos vinculados a rede estadual de educação do

estado de Goiás. Conforme se percebia algum ponto obscuro no questionário, a entrevista era realizada de modo as informações ficassem claras.

O Professor Contrato Temporário na rede estadual de Goiás é um prestador de serviço que tem um tempo determinado para desenvolver o seu trabalho. Em algumas situações ele é contratado apenas para cumprir a licença de algum professor efetivo. Então o seu tempo na escola pode variar de acordo com o tempo de licença que o professor efetivo pegou. Licença maternidade, licença por motivo de doença, entre outras. Quando a licença que o Professor Contrato está cobrindo termina, caso haja déficit de professor na escola, ou outra licença para cumprir, ele é remanejado para outras disciplinas/turmas. Mas se não há, o seu contrato termina com a licença. O contrato pode durar um mês, dois, seis em caso de licença maternidade. Em caso de déficit de professores na escola, falta de professores para assumir as disciplinas, o Professor Contrato Temporário pode fazer um contrato e ficar na rede até três anos. Depois desse tempo o contrato é rescindido.

Quadro 1 – Salário docente conforme categoria

Profissional	Formação	Jornada de trabalho semanal	Horas Atividades	Salário
Professor da Rede privada	Graduação	25 horas/ semanais	20 horas em sala 5 para planejar	R\$ 1.100,00
Monitora – Professora da Educação Infantil (Creche)	Graduação	30 horas/ semanais	30 horas em sala 2:30 para se organizar	R\$ 2.213,21
Professor Contrato do Estado de Goiás	Graduação	60 horas/ semanais	42 horas em sala 18 horas de planejamento	R\$ 2.856,57
Professor Contrato do Estado de Goiás	Graduação	40 horas/ semanais	28 aulas em sala 12 de planejamento	R\$ 1, 399, 97
Professor Contrato do Estado do Tocantins	Graduação	40 horas/ semanais	28 aulas em sala 12 de planejamento	R\$ 3,500,00
Professor concursado da Rede Municipal de Educação	Graduação e Especialização	40 horas/ semanais	28 aulas em sala 12 de planejamento	R\$ 5.714,97
Professor Concursado da Rede Estadual de Goiás	Graduação e Especialização (Professor Nível IV)	60 horas/ semanais	42 aulas em sala 18 de planejamento	R\$ 6, 692, 05

Fonte: Elaboração própria.

O Professor Contrato Temporário tem entre os salários pesquisados, o segundo pior perdendo apenas para o professor da rede privada. No estado do Tocantins o docente com uma carga horária de 40 hs/semanais ganha mais que o professor contrato no Goiás trabalhando 60/hs/semanais. Em relação ao professor efetivo da rede estadual de Goiás, o Professor Contrato ganha em média um terço. E com a carga horária de 40hs/semanais o seu salário não atinge o Piso Nacional que fora atualizado para R\$ 2.298,80 em 2017.

As condições de trabalho do Professor Contrato aqui pesquisado se aproximam muito mais da realidade cotidiana vivenciada por um professor de escola privada do que dos professores de escola pública. A busca por resultados nas avaliações externas, salários baixos, instabilidade, ausência de plano de carreira, entre outros.

O que temos observado em nossas pesquisas é que os trabalhadores docentes se sentem obrigados a responder às novas exigências pedagógicas e administrativas, contudo expressam sensação de insegurança e desamparo tanto do ponto de vista objetivo – faltam-lhes condições de trabalho adequadas – quanto do ponto de vista subjetivo. (OLIVEIRA, 2004, p. 14)

São marcas de um trabalho na lógica capitalista, evidenciado pela economia de investimento que em contrapartida gera lucro para o estado. Nesse sentido a lógica da fábrica é a que mais se assemelha ao contexto vivenciado pelo Professor Contrato da rede estadual que atuam nas escolas pesquisadas. Um trabalho que é mais barato para o estado, que era economia financeira.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E A EDUCAÇÃO

A precarização do trabalho docente evidenciado por uma extensa jornada de trabalho. O professor em regime de contrato temporário que acaba de entrar na escola se vê rodeado de desafios, mas a demanda da escola e o baixo salário se apresentam como elementos motivadores para que eles assumam a carga horária máxima de aulas.

A análise da precarização do trabalho dos professores com relação às condições de trabalho precisa ocorrer em diferentes facetas que o caracterizam. Dentre essas facetas destacamos: carga horária de trabalho e de ensino, tamanho das turmas e razão entre professor/alunos, rotatividade/itinerância dos professores pelas escolas e as questões sobre carreira no magistério. (SAMPAIO; MARIN, 2004, p.1212)

Os professores pesquisados trabalham com a carga horária de 30, 40 e até 60 horas/semanais. Como pode ser observado em suas falas, a carga horária gera trabalho excedente, um trabalho intenso.

As minhas aulas são preparadas ora na escola, ora em casa, mas majoritariamente em casa. Em todos os horários possíveis, haja vista a quantidade de aulas ministradas. São muitas atividades para pouco espaço, tempo e prazos estabelecidos. (Professor 01)

Os planejamentos quinzenais são feitos nos finais de semana. No decorrer da semana opto pela preparação e correção de atividades. (Professor 05)

Uma rotina pesada que os obrigam a levarem trabalho para casa comprometendo o final de semana com trabalho ao invés de ser destinado ao descanso, lazer, momentos com a família.

Os docentes não contam com qualificação adequada para atuar nas escolas, seus salários são baixos e não dispõem de recursos materiais suficientes para desempenhar o seu trabalho, denotando uma clara “desprofissionalização”, que o submerge num mundo de descrédito social. (RODRIGUEZ, 2008, p. 53)

A falta de tempo e desmotivação para investimento na profissão contribui para a desprofissionalização docente. Segundo Hypolito (1991, p. 13) “o oposto do profissionalismo é a proletarização.”. Más condições de trabalho levam a precarização que por sua vez leva a desprofissionalização docente.

As condições de trabalho tem imposto uma situação extremamente precária que os distancia, em termos de renda e de prestígio, do profissionalismo. Contrariamente, essa mesma situação os conduz a uma busca incessante de regulamentação da profissão: conquistas salariais, planos de carreira, garantias no emprego e qualificação para o exercício da profissão. (HYPOLITO, 1991, p. 14)

Além da carga horária extensa, trabalhando nos três turnos, os professores entrevistados informaram trabalhar em diversas turmas, com as mais variadas disciplinas. Entre os professores entrevistados, há professores trabalhando entre 10 e 15 turmas. Professor com formação superior em “Tecnologia em Agronegócio” ministrando disciplinas de Matemática e de inglês. Professor formado em Letras ministrando aulas de Filosofia, Ciências e Educação Física.

Quando questionado sobre as expectativas em relação à profissão docente, os professores responderam:

Eu ainda acredito na valorização no trabalho docente, o que acontece, por exemplo, nos IFs. Ou vou procurar não ser exclusivamente PROFESSOR. O desgaste da profissão me faz repensar muitos pontos. (Professor 01)

Não pretendo seguir na profissão por muito tempo, porém é muito nobre e gratificante ser professor. (Professor 02)

Espero continuar na área. Essa primeira experiência é muito importante para determinar o profissional que seremos. Estamos em constante aprendizado por isso sei que amanhã serei uma professora melhor que sou hoje. (Professor 05)

É preocupante que as primeiras experiências com a profissão docente sejam como Professor Contrato, com condições de trabalho precárias e salários baixos. Todos os professores entrevistados têm entre 20 e 25 anos e tiveram a primeira experiência profissional como professores contratos na rede estadual de Goiás.

O período de iniciação ao ensino representa o ritual que permitirá transmitir a cultura docente ao professor principiante (os conhecimentos, modelos, valores e símbolos da profissão), a integração da cultura na personalidade do próprio docente, assim como adaptação deste ao ambiente social em que realiza sua atividade docente. (VAILLANT; MARCELO, 2012, p.133)

Tais situações, marcada pela precarização, se apresentam como fatores que desestimulam a continuidade na carreira docente.

Sinto-me desvalorizado pela entidade governamental. Desempenho o mesmo trabalho (melhor do que alguns efetivos) e não recebo nem o piso salarial nacional e nem um terço do que os efetivos recebem. Atraso no recebimento do salário, valores não pagos, mudança frequente de módulos. De modo geral, o contrato funciona como tapa buraco sem direitos e com muitos deveres. (Professor 01)

Quando questionados como se organizam financeiramente com o salário como professor contrato, eles disseram que não costumam se comprometer com prestações, não optam pelo plano de saúde que atende a rede estadual, nem fazem planos com os salários futuros devido à instabilidade em relação à manutenção do contrato.

Os entrevistados informaram que os três primeiros salários atrasam, e em muitos casos, depois de três meses sem receber, o professor contrato só recebe um salário e os demais ficam retidos sem orientação ou qualquer perspectiva de receber.

Sobre a relação entre os baixos salários e a precarização, Sampaio; Marin (2004, p.1210) pontuam que baixo salário

[...] é um fator que incide pesadamente sobre a precarização do trabalho dos professores, pois a pauperização profissional significa pauperização da vida pessoal nas suas relações entre vida e trabalho, sobretudo no que tange ao acesso a bens culturais.

A instabilidade profissional é um dos aspectos apontados pelos professores entrevistados como sendo um fator preocupante.

Penso que por ser contrato, a qualquer momento pode acontecer algo, não tenho uma segurança em relação ao emprego. (Professor 04)

Antes de ingressar, idealizava muita coisa. Porém vivenciando algumas situações, não faço planos, pois a Subsecretaria é muita falha quando se trata de contratos. Almejo mais que contrato, não pretendo ficar muito tempo neste pingue-pongue. (Professor 01)

Arroyo (2000) defende que é necessário investir no trabalho dos profissionais, na qualificação dos tempos e espaços, pois [...] a história mostra que tem sido pelos investimentos profissionais e nas condições para desenvolverem seu ofício com profissionalismo que a garantia dos direitos sociais tem avançado em todas as áreas. (ARROYO, 2000, p. 20). Não é possível que haja valorização da educação sem haver antes respeito e valorização ao trabalho docente.

Considerações Finais

A situação formativa dos professores contratados na cidade investigada tende a ser inferior aos dos professores concursados. Isso acontece porque conforme os professores vão investindo na própria formação vão migrando do contrato para concursos principalmente nas redes municipais de educação. Além disso, em situação de contrato, sem plano de carreira, pouco incentivo há para investimentos na carreira profissional.

Dos cinco professores entrevistados, dois não foram encontrados no portal da transparência. Tal situação sugere que há contratos temporários cuja situação funcional não se encontra no sistema, cuja informações não podem ser facilmente chacada. Além disso, no portal da transparência não mostra a carga horária dos professores. Por meio das entrevistas verificou-se que alguns trabalham 40 horas semanais, outros chegam a trabalhar até 60 horas por semana conforme a necessidade da escola.

O último concurso público aconteceu em 2010. A previsão para a realização de um concurso para suprir à falta de professores estava prevista para junho, mas até agora não saiu o edital.

Os professores contratados da rede estadual só perdem para a rede privada. São os professores que trabalham com uma carga horária maior, mas em contrapartida não chegam a ganhar dois salários mínimos. Enquanto o professor concursado da rede estadual de Goiás ganham mais de cinco mil reais. O profissional contrato é muito mais barato para os cofres públicos.

Um professor contrato ganha em média um terço do professor efetivo. É uma economia que custa a qualidade da educação. Com o dinheiro que se paga um professor efetivo o governo paga três professores contratos. O professor contrato não cria vínculo com as instituição, não tem forças, segurança, nem organização para lutar por condições melhores de trabalhos. As lutas ficam enfraquecidas, pois a sua preocupação está centrada em segurar o contrato, planejar as aulas, assumir as responsabilidades que a escola lhe deposita.

Agradecimentos

Agradecemos a Universidade Estadual de Goiás por incentivar e apoiar a pesquisa. Por compreender a pesquisa como produção de conhecimento necessária e viável. Agradecemos ao Grupo de Pesquisa. Agradecemos a cada aluna do Grupo de Pesquisa que, juntas investigam e compartilham informações sobre a formação e a atuação de professores em Campos Belos. Agradecemos o IV CEPE por nos possibilitar à socialização e troca de experiências no âmbito da pesquisa.

Referências

ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre:** imagens e auto-imagens. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

ENGUITA, M.F. **A ambigüidade da docência:** Entre o profissionalismo e a proletarianização. Revista Teoria e Educação – Dossiê: interpretando o trabalho docente, Porto Alegre, Pannonica, n. 4, p. 41-61, jan. 1991.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A dupla face do trabalho:** criação e destruição da vida. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). A experiência do trabalho e a educação básica. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 11-28.

GOIÁS. **Portal da transparência.** Disponível em: <http://www.transparencia.go.gov.br/portaldatransparencia/pessoal/folha-de-pagamento>. Acesso em 13 de Agosto de 2016.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Processo de trabalho na escola:** Algumas categorias para análise. Revista Teoria e Educação – Dossiê: interpretando o trabalho docente, Porto Alegre, Pannonica, n. 4, p. 03-21, jan. 1991.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A reestruturação do trabalho docente:** precarização e flexibilização. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 24 n.89, p.1127 – 1114, Set/Dez 2004.

RODRIGUEZ, Margarita Victoria. **Reformas educacionais e proletarização do trabalho docente.** Acta Saintiurum. Maringá-PR, v.30, n.1 p. 45-56, 2008.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira; MARIN, Alda Junqueira. **Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares.** Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1203-1225, Set./Dez. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 10 de Agosto de 2017.

SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da; LIMONTA, Sandra Valéria. Formação de professores em uma perspectiva crítico-emancipadora: a materialidade da utopia. In: _____ (Orgs). **Formação de professores na perspectiva crítica: resistência e utopia.** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2014.

VAILLANT, Denise; MARCELO, Carlos. **Ensinando a ensinar.** As quatro etapas de uma aprendizagem. Curitiba: Editora Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2012.